

ANÁLISE POLÍTICA

ANO 4 • 112^a EDIÇÃO

BRASÍLIA,
24 DE AGOSTO DE 2023



Novo marco fiscal em substituição ao Teto de Gastos

Nesta terça-feira (22), a Câmara dos Deputados aprovou, por 379 a 64 votos, o texto do **PLP 93/23**, que institui o novo arcabouço fiscal em substituição ao teto de gastos.

O deputado Cláudio Cajado (PP/BA), relator da matéria, **acatou em seu parecer duas alterações feitas no Senado**: a exclusão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Por outro lado, **rejeitou a retirada do investimento em Ciência e Tecnologia** e a **emenda que abriria espaço de R\$ 32 bilhões** no orçamento de 2024.

Com sua aprovação, o texto será encaminhado para sanção presidencial a tempo de permitir que o Executivo envie a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. Nas próximas páginas, **trazemos os principais pontos aprovados e impactos para a economia**. Boa leitura!



Como vai funcionar a nova regra?

Prioritário para o governo, o mecanismo substituirá o teto de gastos, que **limitava o crescimento de despesas à inflação do ano anterior**. O objetivo do novo arcabouço é tirar as contas do vermelho e zerar o déficit fiscal em 2024 e produzir, a partir de 2025, resultados positivos nas contas públicas.



Despesas públicas poderão crescer acima da inflação, respeitando uma margem de 0,6% a 2,5% de crescimento real ao ano;



Se alcançar a meta, o Governo poderá **gastar a mais o equivalente a 70%** do crescimento real da arrecadação do ano anterior;



Caso o resultado fique abaixo da meta, o **limite para os gastos cai para 50%** do crescimento da receita;



Despesas com saúde e educação e emendas parlamentares crescem junto com a receita, **sem a limitação de 70%**;



Retorno do **mínimo constitucional** para as despesas de **saúde e educação**;

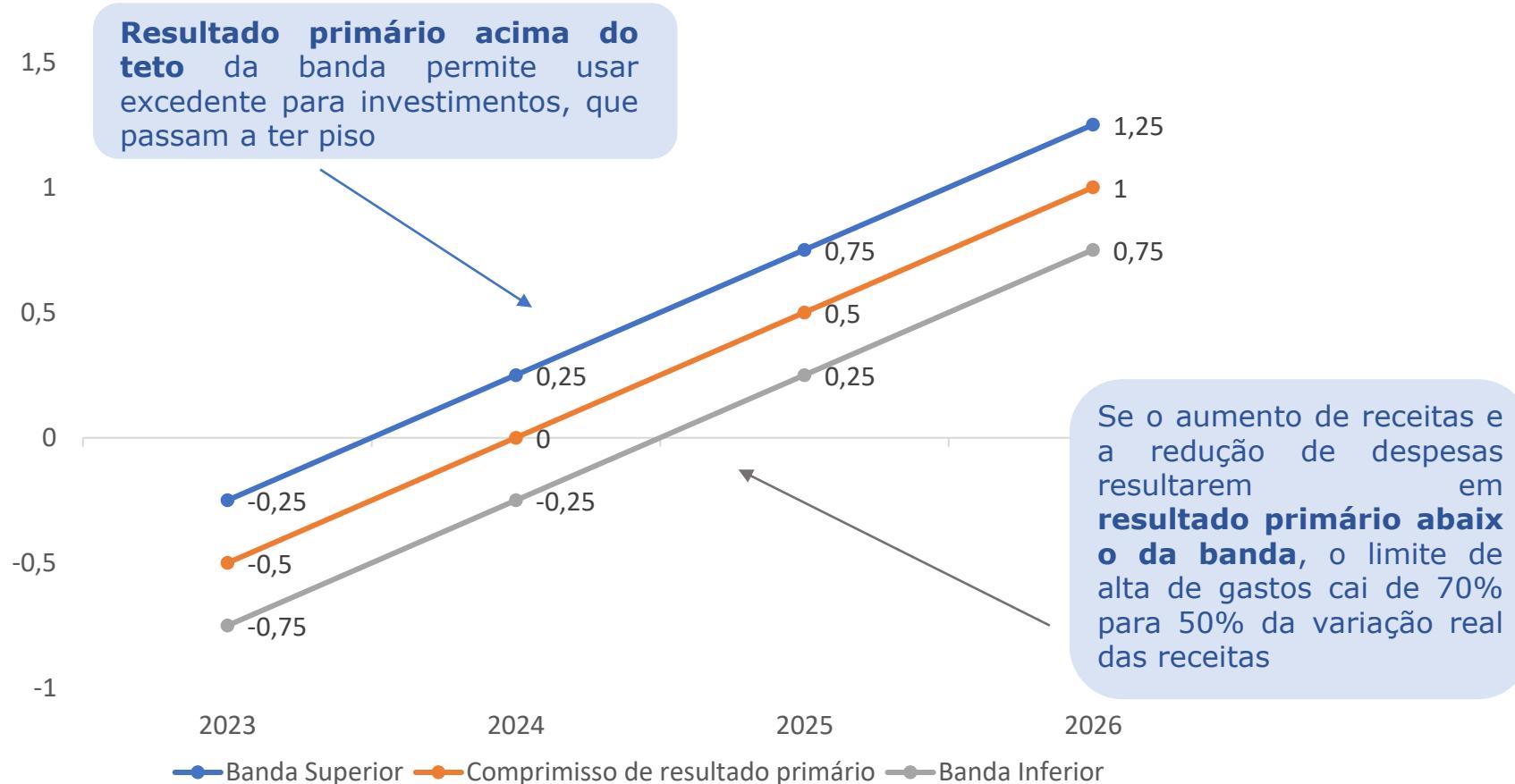
Como vai funcionar a nova regra?

Possibilidades para aumento de receita para 2024

Se o IPCA de janeiro a dezembro de 2023 for superior ao IPCA entre julho/2022 a junho/2023

ou

O crescimento real da receita projetado para 2024 for maior que o utilizado como parâmetro no Projeto de Lei Orçamentária Anual (julho/2022 a junho/2023)



Desafios, perspectivas e próximos passos

- O arcabouço permite o aumento real das despesas, mas os gastos extras não poderão ultrapassar 70% do aumento da arrecadação do ano anterior. **Isto significa que o Governo, para conseguir gastar mais, precisa, necessariamente, aumentar a receita;**
- O governo tem formulado projetos para elevar a arrecadação. Contudo, as propostas que o governo tem elaborado tem enfrentando **dificuldades de avançar no Congresso;**
- Como o governo ainda não tem uma base consolidada, especialmente na Câmara dos Deputados, **as maiorias se formam caso a caso**, a depender da pauta, conforme acordos negociados pelo colégio de líderes;
- Com dificuldades de aumentar a base governista, Lula deve anunciar uma **reforma ministerial** para acomodar partidos e garantir o avanço de projetos no parlamento. Por outro lado, para garantir o andamento de proposições prioritárias, o governo tem **liberado montantes recordes de recursos para emendas parlamentares;**
- A aprovação do novo marco fiscal representa uma vitória do governo, mas ainda não há clareza sobre **quais medidas serão apresentadas pela PLOA 2024** para garantir o resultado primário zerado no ano que vem;

Quais os possíveis impactos para o cooperativismo?

→ Oportunidade para avançar em políticas públicas consideradas essenciais e **maior investimento em saúde, educação e políticas de distribuição de renda**, que as cooperativas estão no rol de beneficiários.



Fortalecimento dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar



Continuidade das linhas de financiamento ao setor produtivo e pequenos negócios



Ampliação da Telessaúde e atenção primária à saúde



Incentivos para produção de energia limpa (Plano de Transição Ecológica do governo)



Mais investimentos para o Programa Minha Casa, Minha Vida



Ampliação de recursos destinados a emendas parlamentares



Fortalecimento do Fundeb

Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb